



Correio do Povo e Coojornal: análise hegemônica

Rhêa Carolina Hickmann Ribas¹
Ângela Ravazzolo²
ESPM-Sul, Porto Alegre, RS.

RESUMO

Durante a Ditadura Militar, a mídia exerceu à grosso modo, dois papéis: o hegemônico e o contra-hegemônico. O primeiro seguia as diretrizes dos governantes, e, o segundo, o denunciava. Com a finalidade de estudar e exemplificar esses dois papéis, desenvolveremos a análise do Correio do Povo, como mídia hegemônica, e do Coojornal, como mídia contra-hegemônica. O presente artigo é parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida dentro do Projeto de Iniciação Científica da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul). Logo, trata-se um recorte da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, CooJORNAL, Correio do Povo, mídia hegemônica.

1 Introdução

Em 13 de dezembro de 1968, o Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, decretava o mais violento Ato Institucional da Ditadura Militar que teve início em 1964, o AI-5. Nele, previa a dissolução do parlamento, em seu Artigo nº 2, e a cassação dos direitos políticos de todos que fossem opositores, em seu Artigo nº 5.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente, em: I. cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II. suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III. proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado. § 1º O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. § 2º As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo ministro de estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. (SILVA, MELO, 1968)

¹ Estudante de Jornalismo ESPM-Sul, email: hickmann.carol@gmail.com.

² Orientadora do trabalho. Doutora em História e Professora de Jornalismo da ESPM-Sul, email: aravazzolo@espm.nr



Muitas formas de resistência se estabeleceram contra a Ditadura, sendo a luta armada uma das mais fortes oposições ao regime imposto. Como parte dela, podemos citar o grupo liderado por Carlos Marighella, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex- capitão do Exército Carlos Lamarca. O movimento estudantil também fez frente ao regime em manifestações públicas, deixando clara a indignação.

Neste cenário, a mídia, em geral, exerceu, em diferentes momentos, papéis distintos: o hegemônico, favorável à ideologia do Estado, e o contra-hegemônico, como uma mídia alternativa e combativa. Estes conceitos serão abordados ao longo do trabalho por meio de Gruppi (1978) e Gramsci (2007).

O presente artigo tem como proposta analisar os papéis da mídia a partir de reportagens e matérias publicadas durante o período. Como exemplo de mídia conivente ao governo, utilizaremos o jornal *standart* de maior circulação na época, o *Correio do Povo*, editado pela Companhia Caldas Jr LTDA. Já como exemplo de mídia contra-hegemônica tomaremos o *Coojornal* de exemplo, editado pela Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre LTDA. Para análise, utilizaremos o método proposto por Benetti (2010) de análise de discurso, bem como o conceito de “Ocultar Mostrando” de Bordieu (1997).

Nas próximas sessões, contextualizaremos os dois tipos de mídia, bem como trataremos um breve histórico dos dois jornais. Por fim, analisaremos o conteúdo produzido pelos dois.

2 Ditadura Militar no Brasil

No intuito de situar o contexto histórico dos jornais, nesta parte do trabalho, abordaremos os 21 anos de Regime Militar. De acordo com Gaspari (2003), no dia 1º de abril de 1964, João Goulart, então presidente da República, estava no Rio Grande do Sul. Costa e Silva, aproveitando a ausência presidencial, proclamou-se Comandante do Exército Nacional. Então, Ranieri Mazzili³, apoiado pela junta do exército intitulada Comando Supremo da Revolução, composta pelo General do Exército Artur da Costa e Silva, pelo almirante Augusto Grunwald e pelo brigadeiro Francisco de Melo. O golpe

³ Na qualidade de presidente da Câmara de Deputados, tinha o cargo previsto pela constituição vigente para assumir a presidência.



foi dado, e segundo Guimaraens, Centeno e Bones (2011), logo ao final do dia, 40 pessoas tiveram seus direitos civis cassados e sete foram assassinadas.

Segundo Padrós (2010)⁴, o que permitiu o golpe foi a Doutrina de Segurança Nacional (DNS), que constituiu o conjunto de diretrizes que foram sendo amalgamadas a partir do modelo dos Estados Unidos nos anos 1930 e 1940. Essas diretrizes, que foram usadas para conter o facismo nos EUA, serviram também como técnica de contenção das forças comunistas em 1950 e 1960, no Brasil.

Segundo Piori (2004), no Brasil, foi dentro da Escola Superior de Guerra (ESG) que a DSN foi implantada a princípio, já que se trata de uma teoria de direita para intervenções em processos políticos. Apoiados nessas teorias, o golpe foi dado, e o Ato Institucional I (AI-I) (COSTA E SILVA. MELLO; GRUNEWALD; 1964) foi implantado. Datado de 11 de abril do ano do golpe, ele previa o fortalecimento do ditador e a suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos. Além disso, o AI-I determinava: “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz”, desrespeitando qualquer anseio de democracia, já que menosprezava outra necessidade de suporte que não ela mesma.

Vicentino (2006) conta que este governo teve início em nome da própria democracia e da liberdade, prometendo entregar o país longe das forças subversivas em 1965. Mas, como vimos no AI-I, já deixava claro seu caráter antidemocrático por fundamentar-se em si. Em 1965, ratificou este caráter ao não promover eleições diretas, e, em 1968, provou que o caráter libertário era só para os apoiadores, quando decretou o Ato Institucional V, que suprimia todos os direitos de qualquer pessoa que se mostrasse opositor. Terminando assim com qualquer chance de uma imprensa ampla, forte e combativa, quanto mais com a garantia de liberdade civil.

2.1 Ditadura no Rio Grande do Sul

Nesta seção, falaremos das particularidades do regime no estado do Rio Grande do Sul e apontaremos seus dirigentes.

No estado, a grande especificidade que se coloca no pré-golpe é a questão da resistência elaborada pela Campanha da Legalidade, como explica Pesavento (1997), que adiou o golpe em três anos. Seu líder, Leonel Brizola⁵, defendia o direito

⁴ Enrique Serra Padrós, Doutor em História da América Latina, em entrevista à TV Feevale.

⁵ Governador do Rio Grande do Sul em 1961



constitucional do vice-presidente tomar posse após a renúncia do presidente Jânio Quadros. No pós-golpe, como explicou Bauer (2012)⁶, os grupos clandestinos criados dentro do próprio aparelho de repressão estadual e a questão fronteiriça merecem atenção.

A questão da fronteira traz à tona a Operação Condor, que, segundo Padrós (2009), foi a colaboração policial dos países do Conesul. A operação culminou no sequestro de dois uruguaios nas ruas de Porto Alegre – RS, com o auxílio do Delegado Pedro Seelig e João Augusto da Rosa, o Didi Pedalada, a policiais de fora do país. “O caráter do governo e a ação policial são virtualmente indistinguíveis. O governo é reconhecido como autoritário quando sua polícia é repressora e democrática quando sua polícia é controlada” (BAYLEY, apud Bauer, p. 51).

A análise de Bayley confirma a relação entre a esfera política e policial de um governo, no entanto, não é somente este aspecto que determina o autoritarismo estatal, mas é nesse aspecto que se encaixa o terrorismo de estado, promovido pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS). Bauer (2006) explica que o Estado terrorista é aquele que legitima o controle da sociedade civil através da aceitação e o consenso forçado através do terror e do poder coercitivo.

Antônio Losada⁷ (2012) conta que foi torturado três meses diuturnamente, por Pedro Selling, Nilo Havelha, Delgado Pires e Delegado Cunha, sendo cobaia de uma espécie de escola de tortura, que, inclusive, contava com presença médica. E Maria Ignez Serpa (1979)⁸ relatou ter sido torturada por Seelig, e, além disso, o delegado se apropriou do carro usado pela VARPalmares, da qual Maria Ignez era integrante, e o utilizava diariamente de forma natural.

Esse é o quadro resumido da Ditadura no Rio Grande do Sul. Nas próximas seções, introduziremos as duas companhias jornalísticas a serem analisadas, e a influência da Ditadura na mídia bem como a da mídia na Ditadura.

3 Imprensa e o Movimento de Abril

Aqui apresentaremos o cenário em que a imprensa se encontrava com os Atos e o Movimento de Abril. Introduziremos o conceito de mídia hegemônica no intuito de, posteriormente, a exemplificarmos.

⁶ Em reunião com a Comissão Nacional da Verdade

⁷ À Comissão Nacional da Verdade

⁸ À edição nº 40 – Ano IV, Coojornal, abril de 1979



Para Gruppi,

uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que -através de sua ação política, ideológica, cultural- consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p. 67)

Por tanto, a mídia hegemônica, aproveitando-se de seu privilegiado espaço de geradores de conteúdo, vai se valer da ideologia do Estado, e, através disso, persuadir (ou tentar) seus leitores a absorverem este pensamento. Gramsci (2007) vai além, diz que hegemonia é a luta de um grupo social em defender seus interesses através da universalização deles, “criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 2007, p. 41), colocando a mídia hegemônica dentro deste grupo.

Em contrapartida a esta supremacia de classe, surgiu a mídia alternativa, contra-hegemônica, que buscava disputar a hegemonia através do conteúdo de suas matérias, mostrando que a comunicação pautada pela construção da contra-hegemonia é uma indispensável arma contra as classes dominantes, Silva e Calil (2004). Para Kucinski (1991), são chamados alternativos porque a terminologia remete à ideia de resistência e à não ligação às políticas dominantes. Mas, principalmente, por remeter a uma saída, uma alternativa.

Mais de 150 periódicos deste tipo foram publicados entre os anos de 1964 a 1984, abrigando temáticas diversas. É possível os reconhecer pela “oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Ainda segundo Kucinski (1991), os alternativos surgiram nos anos de chumbo pela lacuna deixada pela grande imprensa. Assim, o trabalho de denúncia cabia majoritariamente aos alternativos.

Nesse cenário se encontrava o *Coojornal*, editado pela Coojornal, que também veiculava matérias críticas ao regime. E o *Correio do Povo*, editado pela Cia Caldas Jr, que se inseria na mídia hegemônica.



4 A Coojornal e o Coojornal

Quando falamos sobre a Coojornal, estamos nos referindo à Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre LTDA, fundada em 27 de agosto de 1974, no Salão Nobre da Associação Rio-Grandense de Imprensa, onde 66 profissionais oficializaram a constituição da Cooperativa. (KUCINSKI, 1991). Segundo Guimaraens, Centeno e Bones (2010), em seus tempos aureos chegou a ter 314 associados e editou 33 jornais e boletins para outras cooperativas, organizações sindicais e empresas privadas, chegando a ter uma equipe formada por 100 jornalistas. Segundo Kucinski (1991), das 1163 cooperativas existentes no final dos anos 70 no Brasil, quando a Coojornal foi formada, apenas a de Jornalistas de Porto Alegre LTDA não era agrícola.

Guimaraens, Centeno e Bones (2010) disseram que a Coojornal foi pensada no espaço físico da não mais existente Churrascaria Itabira, na Avenida Getúlio Vargas, em Porto Alegre. Encontros informais pós-expediente deram forma a essa ideia. “A primeira ata assinada, de uma reunião para discutir a formação da cooperativa data de 19 de julho de 1974” (KUCINSKI, 1991, p. 209). E Elwanger e Mello (2010) esclareceram que a demissão do então estagiário Caco Barcellos, do periódico Folha da Manhã, editado pela Companhia Caldas Jr, foi o estopim para a criação da primeira Cooperativa de Jornalistas do Brasil. Ele tentou publicar uma reportagem que denunciava os abusos da Brigada Militar ao reprimir uma manifestação de trabalhadores na Vila Mathias Velho, segundo Kucinski (1991) os policiais jogavam futebol com a cabeça de um dos manifestantes. Com isso, José Vieira da Cunha resolveu concretizar a Coojornal. Em solidariedade a Caco, além de José Vieira, mais conhecido como Vieirinha, outros 20 jornalistas se afastaram como protesto à censura imposta a reportagem do estagiário. (GUIMARAENS, CENTENO, BONES, 2010, p. 13)

Já quando citamos o *Coojornal* nos referimos ao mensário tabloide contra-hegemônico e combativo à Ditadura Militar, que circulou timidamente em Porto Alegre do final do ano de 1975, até 1983. Em seu primeiro ano, tratava-se de um boletim interno, com tiragem de 3.500 exemplares. Quase um ano depois, passou de um boletim delimitado a cooperativa para o tabloide mensal que circulava clandestinamente em Porto Alegre (KUCINSKI, 1991).

Ainda circulando de maneira interna, a primeira edição do jornal trazia como manchete “Os jornalistas entre a sua ética e os interesses da imprensa”. Diretamente a reportagem falava sobre o 4º Encontro Internacional dos Estudos de Jornalismo para a



América Latina (Ciespal), que ocorreu naquele ano em Porto Alegre. Em um conceito maior, “a manchete sintetizava o dilema intrínseco ao exercício da profissão” (GUIMARAENS; BONES; CENTENO; 2010, p. 13), mais ainda aos contemporâneos da Ditadura Militar. O que sintetiza um dos motivos para a criação da Coojornal e do *Coojornal*: enquanto Vieirinha lia uma publicação de São Paulo, encontrou uma nota referente ao *II Gionarle*, de Milão, que era editado por uma cooperativa de jornalistas (GUIMARAENS, CENTENO, BONES, 2010, p. 15).

[...] Coojornal foi não só a maior cooperativa de jornalistas jamais formada no Brasil, como também o primeiro projeto de organização jornalística ampla que adotou a doutrina cooperativista como fundamento de sua atividade e procurou adaptá-la a uma práxis jornalística. (KUCINSKI, 1991, p. 64)

Segundo Vasques (2010)⁹, cartunista do periódico estudado, “O primeiro Coojornal foi um marco fundamental numa ideia de imprensa que até hoje o Brasil não tem. O que se tentou fazer a algumas décadas atrás foi se criar uma imprensa sem patrão”, por isso a Cooperativa. Para ratificar a autonomia do *Coojornal*, uma das primeiras charges publicadas pelo cartunista, foi utilizando a figura de uma competição de remo, na modalidade Eight, que tem duas variáveis: com timoneiro ou sem. (ROSE, 2010)¹⁰. “Com patrão ou sem patrão: que é o carinha que vai dando a dica de costas pro mundo. E o sem patrão que fica por conta da disciplina e da coesão de todos que tão dentro do barco” (VASQUES, 2010)

Apesar de ainda ter a sua atuação limitada ao mundo jornalístico, já em sua primeira edição também foram registrados o desconforto dos militares com aqueles que pretendiam denunciar as mazelas de seu regime implantado.

[...] A partir de 15 de novembro de 1975, o Coojornal, de responsabilidade da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre, começa a circular. Entre seus dirigentes e redatores estão os elementos citados abaixo, todos expurgados da Companhia Jornalística Caldas Junior por suas conotações comunistas. (Banco de Dados do SNI, 1975 apud GUIMARAENS, CENTENO, BONES. 2010, p. 13)

⁹ Edgar Vasques, ao documentário *cooJornal – Um jornal de jornalistas sob o regime militar*.



Após seguia a relação de nomes dos jornalistas que foram afastados da Folha da Manhã e já compunham o quadro social da nova organização.

Já a edição de nº 9, primeira a chegar às bancas, o editorial trazia uma crítica a mídia hegemônica que se calava diante das provas contundentes de um regime falho,

[...] Quanto ao tom eventualmente crítico que possa aparecer em alguns artigos ou comentários, ele decorre de uma constatação também mais ou menos simples: se é lícito reclamarmos de uma fábrica ou uma loja que venda maus televisores, geladeiras e outras coisas quaisquer, por que não será lícito reclamar de um jornal que forneça notícias erradas, distorcidas ou que sonegue informações? (Editorial da edição nº 9, outubro de 1975)

Enquanto “a censura à imprensa ocultava o quadro de terror praticado sistematicamente nos porões da repressão” (GUIMARAENS, CENTENO, BONES, 2010, p. 14), o *Coojournal* optava por escancarar o quadro real. Por este motivo os militares viam a *Coojournal* ter objetivos sólidos, como citam em documento do Serviço Nacional de Informação:

[...] Promover a cizânia entre os integrantes das forças armadas, mobilizar segmentos da população e da sociedade contra o Sistema Nacional de Informações (SNI), visando a neutralizar e/ou dificultar suas ações, particularmente no que dizem respeito à segurança nacional, (...) e fazer propaganda comunista são os objetivos [...] (Apreciação nº 2030/43/AC/80 – Serviço Nacional de Informações – Agência Central)

Com isso, o tablóide evoluiu suas matérias para grandes reportagens de denúncia, num período em que a sociedade começava a questionar a ditadura, como explicara Guimaraens, Centeno e Bones (2010).

Analisaremos a reportagem do mês de dezembro, sobre o sequestro de Lílian Celiberti e Universindo Días, por agentes uruguaiois em solo brasileiro.

5 A Companhia Caldas Jr e o Correio do Povo

Neste espaço, falaremos brevemente da Companhia Caldas Jr e de sua publicação de maior circulação: o *Correio do Povo*.

Como Rüdiger (2003) apresenta, Francisco Antônio Vieira Caldas Jr era sergipano. Ainda na infância se mudou para o Rio Grande do Sul, onde acabou sendo



em fase adulta revisor do *A Reforma*, e, posteriormente, redador chefe do *Jornal do Commercio*.

Caldas Jr levantou um pequeno capital e fundou sua própria empresa: a Companhia Jornalística Caldas Jr, a qual, juntamente com Mário Totta e José Paulino Azurenha, deu origem ao jornal *Correio do Povo*, no dia 1º de outubro de 1885, conforme Strelow (sem ano). Rapidamente, como sugere Rudiger (2003), o jornal conquistou a hegemonia de mercado, o que possibilitou o crescimento do número de anunciantes e o aumento nos lucros, o que, por consequência, deu à Companhia Caldas Jr a oportunidade de ter a primeira rotativa do estado, em 1910. E, nos anos seguintes, as quatro primeiras máquinas linotipos, passando a tiragem de dois mil exemplares para 10 mil. Os 20 contos de réis que haviam permitido a criação do tabloide, após o avanço tecnológico, passaram a ser 1.500.

Como conta Strelow (sem ano), no mesmo ano em que o *Correio* deslanchava graças à compra da rotativa pela companhia, nascia Breno Caldas Jr. Aos três anos, o menino perdera o pai. Familiares e pessoas ligadas à imprensa se estabeleceram na direção da empresa. Passados 10 anos, Breno começava a demonstrar interesses pelo jornal. Ainda segundo Strelow, em meio à saída do primogênito de Caldas Jr, Fernando Caldas, aos 19 anos assumia Breno Caldas, o posto de redator-chefe. Mais tarde iria ocupar o cargo deixado pelo pai em 1913.

O editorial da edição nº 1, apresentava o jornal como “órgão de nenhuma facção”, e justificava seu título como sua diretriz principal. Então, o *Correio* nasceu com a proposta de ser apolítico, diferenciando-se dos jornais da época. Mas, na verdade, a “Caldas Jr descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito” e “a nova agência jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome” (RUDIGER, 2003, p. 80 e 85)

O *Correio do Povo* (CP) apoiou a campanha de Getulio Vargas, na década de 30, brigou com Flores da Cunha, governador do estado do RS, e analisaremos seu posicionamento na questão do Regime Militar, no período que compreende de 2 de dezembro à 29 de dezembro de 1978, por ser quando se iniciou a cobertura do sequestro dos uruguaios. Isto pela demora do CP a citar o assunto da violação da soberania brasileira, já que o acerto da operação foi dado pelos setores radicais da polícia e não houve um acerto formal entre governos, por agentes da polícia secreta uruguaia, mesmo com jornalistas portoalegrenses presentes no apartamento onde o casal



de uruguaios foi sequestrado, e com a Oficina de Imprensa das Forças conjuntas uruguaias tendo emitido comunicados.

6 Análise das reportagens publicadas nas duas mídias

A cobertura feita pelo jornal *Correio do Povo*, no mês de dezembro de 1978, sobre o caso do casal de uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Días, será analisada nesta seção.

Na nota publicada em 02 de dezembro de 1978, “*Autoridades uruguaias emitem novo comunicado*”, a palavra usada para designar o que ocorreu na Rua Botafogo em Porto Alegre, é “*desaparecidos*”, na frase “um novo comunicado com respeito à detenção de Liliana Celiberti e Universindo Diaz, *desaparecidos* em Porto Alegre”. Segundo Houaiss, a palavra *desaparecidos* em seu infinitivo tem significado de “[...] 3-diz-se o indivíduo que seu paradeiro de desconhece, ou cuja morte se presume embora não se tenha descoberto o seu cadáver [...]”, no entanto, era sabido que os uruguaios haviam estado detidos na capital gaúcha, em cárcere privado na Rua Botafogo, e não só em Montevideo, como contaram J.B. Scalco e Luiz Claudio Cunha, jornalistas da *Veja*, ao *Coojornal* de dezembro de 1978, estando de acordo com a versão emitida por Reis (2009). Benetti (2010) enfatiza que a escolha das palavras marca as formações discursivas, que entregam a linha ideológica seguida pelo jornalista.

Já na data de 10 de dezembro de 1978, traz matéria com título de “Advogado diz que sequestros são prática comum da *polícia do Uruguai*”, apesar dos esforços do advogado francês Jean Louis Weil para mostrar a cooperação entre a polícia uruguaia e brasileira, também explicada na reportagem de dezembro do *Coojornal*, o jornal *Correio do Povo* (CP) optou por apresentar a notícia retratando somente a polícia uruguaia como autora do processo, o que demonstra acobertamento à polícia brasileira, ou, pelo menos medo de suas ações.

Segundo o conceito de ocultar mostrando de Bordieu (1997), pelo viés dado a certa matéria é possível ocultar parte interessante e, muitas vezes, fundamental sobre determinado assunto. No caso dos uruguaios, o jornal *Correio do Povo*, e na data de 12 de dezembro de 1978, a matéria intitulada “Advogado Francês denunciou as autoridades responsáveis”, aponta que o advogado Jean Louis Weil denuncia a participação do Organismo Coordenador de Operação Anti-subversiva, do Uruguai no sequestro, e cita a presença de “policiais brasileiros do DOPS de Porto Alegre”. No entanto, não



especifica esses elementos bem como não cita que um delegado do DOPS estava presente legitimando a ação, como aponta a reportagem do *Coojornal*, que também é a versão dada por Reis (2010).

No dia 24 de dezembro de 1978, o CP traz em sua capa a chamada “Caso Flávia Schilling é considerado assunto estritamente uruguaio”, a notícia trata até seu último parágrafo de uma brasileira que estava em poder da polícia uruguaia, argumentando que o país levava muito a sério a sua soberania de estado e conclui que não aceitaria negociações com o Brasil. E em seu parágrafo de fim, diz “a exemplo do episódio ainda não esclarecido do *desaparecimento* de Lilian Celiberti e Universindo Diaz, que residiam na capital gaúcha e apareceram presos no Uruguai”. A palavra “*desaparecidos*” torna a recorrer, e, além disso, o texto desvia novamente a atenção do envolvimento da polícia brasileira no caso.

Na edição de 27 de agosto de 1978, pela primeira vez o CP substitui a palavra “*desaparecimento*” por “*sequestro*”, que, segundo Houaiss, a palavra em seu infinitivo significa “1 – por a parte, afastar, insular. 2 – tomar a força ou as escondidas (s. Documentos secretos) 3 – praticar sequestro por sob sequestro (apreensão) (...) 4 – Reter ou levar consigo alguém ilegalmente (...)”. No entanto, a notícia deixa parecer que o único a auxiliar a polícia uruguaia foi Didi Pedalada, policial raso. E por apresentá-lo como jogador de futebol, desviou a atenção do fato dele ser integrante do DOPS.

Com um gesto apreensivo e amedrontado, o garoto Camilo Celiberti, de oito anos, pediu que retirassem as fotos de ‘Didi Pedalada’ de sua frente. Antes ele estava tranquilo, identificou *vários jogadores de futebol brasileiro*, mas em certo momento disse: ‘olha, este não é jogador. Não quero mais ver isto’. Rapidamente o filho de Lilian Celiberti, sequestrada em Porto Alegre, junto ao seu companheiro [...] (Correio do Povo, 27 de agosto de 1978)

Em 29 de dezembro de 1978, com o título de “Ludwig diz que sequestro ainda não foi comprovado”, o termo “*sequestro*” volta a aparecer, mas desta vez é para afirmar que ele não ocorreu. Já no primeiro parágrafo de texto, o vocábulo “*desaparecimento*” volta a dar significado ao caso dos uruguaiois. Além disso, já pelo título podemos notar que a intenção da matéria é ressignificar o sequestro.

Já a reportagem de dezembro de 1978, publicada no *Coojornal* se inicia com texto de Luiz Cláudio Cunha, repórter da revista *Veja* que foi até a Rua Botafogo onde



os uruguaios estavam sendo mantidos em cárcere. Ele conta que recebeu um telefonema delatando a situação, na redação da revista, e resolveu ir até o local. “Antes que Lílian conseguisse trocar a expressão de terror por uma resposta, a porta foi escancarada e a moça saiu de cena para dar lugar a um cano de pistola calibre 45 quase grudado a minha testa” (CUNHA apud Coojornal, pág. 9).

A expressão “*desaparecimento*” do Correio do Povo, foi substituída por “*sequestro*” através de toda a reportagem. E, a acusação contra o Delegado Pedro Seelig é feita:

Durante a passagem pelo Brasil, principalmente por Porto Alegre, o jurista francês Jean Louis Weil, apontou um comando do Organismo Coordenador de Operações Antisubversivas – OCOA – chefiado pelo general uruguaio Amaury Prantl, além de policiais do DOPS gaúcho, como responsáveis pelo sequestro. Um desses policiais Weil citou nominalmente: Pedro Carlos Seelig, delegado de 46 anos. (Coojornal, dezembro de 1978)

E também trazia o contraponto da acusação “Sou visado” (Seelig apud Coojornal, 1978, pág 11).

Considerações Finais

Por meio da análise inicial, podemos confirmar a diferença de cobertura do mesmo caso por duas espécies de mídias diferentes. O Coojornal deixa claro seu viés contra-hegemônico quando faz questão de enfatizar que o caso dos uruguaios se tratava de um sequestro. Já o Correio do Povo veste seu traje hegemônico ao usar eufemismos na designação do sequestro e trazer autoridades ressaltando que a comprovação ainda não havia sido dada.

Além disso, é importante ressaltar que o Correio não noticiou o envolvimento de Pedro Seelig mesmo que tenha ouvido o mesmo advogado, no mesmo período em que ele esteve no Brasil do que os jornalistas do Coojornal.

Para que este trabalho seja ainda mais sólido, existe a necessidade de acompanhamento do resto do caso bem como um maior número de padrões de análise. Para isto, estamos em fase de desenvolvimento de uma monografia que avalia três meses da cobertura da mídia-hegemônica, e três meses da contra-hegemônica, além de aprofundar os conceitos.



Referencial Bibliográfico

BAUER, Caroline. **Av. João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado (1964 – 1982)**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: 2006.

BENETTI, Marcia. **Análise de Discurso**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologias de pesquisa em jornalismo. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 1997.

Coojornal – Um Jornal de Jornalistas Sobre o Regime Militar. Porto Alegre: Libretos. CD-Rom.

ELLWANGER, Rozana; MELLO, Veridiana Piveta de. **Perdão, leitores: uma análise da crítica política na seção opinativa do Coojornal**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2010/resumos/R5-2842-1.pdf>> Acesso em: 06 de nov. de 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. **CooJORNAL - Um Jornal de Jornalistas sobre o Regime Militar**. Porto Alegre: Libretos, 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

HERSCOVITZ, Heloiza G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologias de pesquisa em jornalismo. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

REIS, Ramiro. **Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970**. CDHRP: 2009. In: < http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/ramiro-reis.pdf>, acesso em: 06 de abril de 2013.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. 3. Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SILVA, Carla L.; CALIL, Gilberto. Apontamentos para uma Política de Comunicação Contra-Hegemônica. Espaço Acadêmico, Maringá, nº 37, jun. 2004. Disponível em



<<http://www.espacoacademico.com.br/037/37csilvacalil.htm>>. Acesso em 10 de abril de 2013.

STRELOW, Aline. Breno Caldas: **Poder e declínio de um dos mais influentes jornalistas gaúchos**. UFRGS: sem ano.